2 — O cumprimento da pena de não concessão de dispensas tem início imediatamente a seguir à sua aplicação, após publicação em ordem de serviço.

3 — O tempo de pena de não concessão de dispensas é contado por períodos de vinte e quatro horas, com início às 9 horas do dia seguinte ao da publicação em ordem de serviço.

4 — O cumprimento da pena de não concessão de dispensas é interrompido quando for atingido o período de férias escolares.

Artigo 30.º

Eliminação do curso

A pena de eliminação do curso consiste na eliminação da frequência da EAM e é aplicável nas situações em que o aluno revele falta de carácter ou de idoneidade moral e nos casos de acentuado desinteresse pelos deveres, ou pela prática de actos dolosos ou negligentes que afectem gravemente a dignidade e a disciplina, nomeadamente:

- a) Destruir, inutilizar ou por qualquer forma desviar do seu legal destino quaisquer artigos pertencentes à EAM ou a terceiro;
- b) Utilizar meios ilícitos ou fraudulentos, de qualquer natureza, na execução das provas;
- c) Conservar ou expor na camarata bebidas alcoólicas, pornografia, jogos de apostas de qualquer espécie, armas, munições ou explosivos;
- d) Praticar acto que enquadre tipo de crime com pena de prisão igual ou superior a 3 anos.

Artigo 31.º

Medida e efeitos das penas

1 — Na aplicação das penas atender-se-á ao grau da culpa, à personalidade, percurso escolar, antecedentes do aluno e demais cir-

cunstâncias em que a infracção tiver sido cometida e que militem contra ou a favor do infractor.

2 — As penas disciplinares de repreensão verbal, repreensão escrita e não concessão de dispensas têm efeitos exclusivamente escolares, ficando registadas na Secretaria Escolar.

3 — A pena de eliminação do curso tem como consequência a cessação da frequência do curso ou estágio, sendo averbada no processo individual do aluno.

Artigo 32.º

Reclamações e recursos

1 — As penas disciplinares de repreensão verbal, repreensão escrita e não concessão de dispensas são passíveis de reclamação para o director da EAM.

2 — A pena de eliminação do curso é da competência exclusiva do director da EAM, ouvido o conselho pedagógico, e é susceptível de recurso para o director-geral da Autoridade Marítima.

Artigo 33.º

Competência disciplinar

A competência para a concessão de recompensas ou para a aplicação das penas pertence às entidades hierarquicamente competentes, de harmonia com os mapas A e B anexos ao presente Regulamento.

Artigo 34.º

Processo disciplinar

O processo disciplinar rege-se pelas normas constantes do Regulamento Disciplinar da Polícia Marítima, com as devidas adaptações.

ANEXO

Mapa A

Escalões de competência disciplinar para concessão de recompensas

Recompensas	Entidades			
	Director da EAM	Director de formação	Director de núcleo de formação	Coordenador de curso
Citação em formatura	(a)	(a)	(a)	(a)
Elogio	(a)	(a)	(a)	(a)
Louvor	(a)			

(a) Competência plena.

Mapa B

Escalões de competência disciplinar para aplicação de penas

Penas	Entidades			
	Director da EAM	Director de formação	Director de núcleo de formação	Coordenador de curso
Repreensão verbal	(a)	(a)	(a)	(a)
Repreensão escrita	(a)	(a)	(a)	(a)
Não concessão de dispensa	(a)	Até 20 dias.	Até 10 dias.	Até 5 dias.
Eliminação do curso	(a)			

(a) Competência plena.

Direcção-Geral de Política de Defesa Nacional

Despacho n.º 3929/2006 (2.ª série). — 1 — No uso das competências delegadas pelo despacho n.º 16 327/2005, de 12 de Julho, do Secretário de Estado da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 143, de 27 de Julho de 2005, e nos termos do artigo 4.º do estatuto dos militares em acções de cooperação técnico-militar concretizadas em território estrangeiro, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 238/96, de 13 de Dezembro, nomeio o major INF 08683288, Manuel Maria de Sousa Fernandes Dias, por um período de 365 dias, em substituição do major INF

16551887, Paulo Domingos Bicho Raminhas, para desempenhar funções de assessoria técnica no âmbito do Projecto n.º 11 — Escola de Oficiais do Exército, inscrito no Programa Quadro da Cooperação Técnico-Militar com a República de Angola.

2 — De acordo com o n.º 5.º da portaria n.º 87/99 (2.ª série), de 30 de Dezembro de 1998, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, de 28 de Janeiro de 1999, o militar nomeado irá desempenhar funções em país da classe C.

3 de Fevereiro de 2006. — O Director-Geral de Política de Defesa Nacional, *Luís Evangelista Esteves de Araújo*, tenente-general.